

Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

Relatório e Contas 2017



aquafundalia 



Handwritten signature and initials in blue ink.

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	13
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	42





Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2017.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO





ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Drenagem de Águas Residuais do Concelho do Fundão, por contrato celebrado a 24 de fevereiro de 2011, com o Município do Fundão e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do

Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 5 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquafundalia irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente.

Plano de Investimentos Executado

Relativamente ao cumprimento dos trabalhos previstos no âmbito do Plano de Investimentos celebrado com o Município do Fundão, rubrica de referência na atividade corrente da Aquafundalia, o investimento em infraestruturas, realizado durante o ano de 2017, foi de 141.083,08 Euros, tendo a execução do Plano de Investimentos atingido no final do ano de 2017 o montante acumulado de 3.212.943,74 Euros, significando uma percentagem de realização de 62,61%.

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquafundalia no final de dezembro de 2017, foi o que se apresenta no quadro seguinte:





	2017
	43 062,49
	24 602,71
	21 197,21
	45 525,23
	112 538,87
Investimentos obrigatórios	60 399,24
	19 049,34
	118 356,46
	220 362,68
	297 912,43
	39 210,66
	1.002.217,32
	7 696,50
	15 326,98
	90 379,78
	37 148,76
Investimentos	71 913,84
Município Fundão	23 104,50
	126 828,06
	77 741,53
	139 965,83
	29 577,03
	130 317,19
	750.000,01
	237 518,26
	136 121,60
	43 165,00
	130 937,18
	493 128,77
	226 123,52
Outros investimentos	139 600,00
	17 299,00
	21 500,00
	15 333,08
	1.460.726,41
Total	3.212.943,74



ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela Aquafundalia aos utilizadores do concelho de Fundão é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2017. Este programa foi aprovado em 28 de dezembro de 2016 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de Agosto.



No ano de 2017, o cumprimento dos valores legislados foi de 99,15%, o que se considera satisfatório, sendo que num total de 3.172 análises foram registados 27 incumprimentos.

Volumes de água comprada e captada

O volume de água comprada em 2017 foi de 1.594.580 m³ e o de água captada foi de 366.855 m³, tendo aumentado 6,9% e 2,59%, respetivamente, em relação a 2016, sobretudo devido ao aumento do número de roturas, sendo a média do rendimento técnico no final do ano de 64,4%.

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água faturada foi de 1.163.589 m³, tendo aumentado 4,42% em relação a 2016. O maior volume de faturação provém dos utilizadores com tarifário doméstico geral seguido pelo dos utilizadores com tarifário não-doméstico geral (comércio e indústria).

Interrupções no fornecimento

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 246 interrupções no fornecimento de água, devido a vários motivos nomeadamente reparação de condutas, alteração de local de contador, interrupção a pedido dos utilizadores para obras na rede predial interna e substituição de válvulas. Com interrupção no fornecimento com duração superior a 6 horas ocorreram onze.

Instalação de contadores

Foi realizado um estudo do parque de contadores existente, do qual resultou uma campanha de substituição de 1.000 contadores por subcontagem. No mesmo período foram efetuadas 834 novas ligações (altas) e 864 interrupções no abastecimento (baixas) além de outras substituições de contadores por motivos diversos.

Intervenções na rede de água potável

No ano de 2017 o número de intervenções realizadas na rede de abastecimento foi de 541. No que respeita à instalação de ramais, foram construídos 6 novos ramais de água.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número de intervenções na rede de saneamento de águas residuais em 2017 foi de 230. Durante o ano de 2016 foram construídos 4 ramais de saneamento.





Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 10.700 metros da rede de saneamento. Foram também efetuadas 19 limpezas de fossa onde foram recolhidos 63 m³ de água residual.



SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

A Aquafundalia obteve em novembro de 2015 a certificação de conformidade do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho de acordo com a Norma OHSAS 18001.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE E AMBIENTE

A Aquafundalia tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquafundalia assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do município do Fundão, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquafundalia apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquafundalia tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquafundalia é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.





Handwritten signature in blue ink.

Neste sentido, a Aquafundalia procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2017 de 22 pessoas (o mesmo número que em 2016).

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquafundalia espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançadas pela Aquafundalia no ano de 2017, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 3.861 milhares de Euros (3.720 milhares de Euros provenientes de Vendas e Serviços Prestados acrescidos de 141 milhares de Euros originados pela aplicação da IAS 11), em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados em cerca de 5,38%, de 3.529.933,09 Euros em 2016 para 3.719.762,53 Euros em 2017, tendo a rubrica de rendimentos originados pela aplicação da IAS 11, diminuído a sua contribuição para o volume de negócios do período em análise em cerca de 69,25% (de 458.763,73 Euros em 2016 para 141.083,08 Euros em 2017).

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquafundalia foi em 2017 de 3.659.925,58 Euros o qual comparado com do período anterior, que foi de 3.920.814,86 Euros, representa um decréscimo de 6,65%. Este valor exclui o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados sobre o inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 1.487.122,56 Euros, representando cerca de 40,63% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1.355.723,04 Euros, representando então cerca de 34,58% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de um aumento de 9,69%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção) registou 1.070.462,67 Euros, representando cerca de 29,25% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 972.655,01 Euros, representando então cerca de 24,81% do total dos gastos do período.

Para o total dos gastos contribuiu ainda a rubrica de subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à execução do Plano de Investimentos no ano de 2017, contribuindo para 3,85% dos gastos totais, o equivalente a 141.083,08 Euros para o período em análise.





Handwritten notes in blue ink, including a large 'h' and other illegible scribbles.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 402.238,76 Euros, representando cerca de 10,99% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 394.593,61 Euros, representando então cerca de 10,06% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi um aumento de 1,94%.

A Aquafundalia registou em 2017 perdas por imparidade de dívidas a receber no montante de 4.671,77 Euros, tendo registado em 2016 o valor de 16.303,95 Euros.

A rubrica de outros gastos registou em 2017, 142.369,47 Euros (3,89% do total dos gastos do período), tendo registado em 2016 cerca de 157.798,81 Euros (4,02% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações manteve-se quase inalterado, apresentando cerca de 252.833,99 Euros, para o período em análise, face a 252.650,90 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 6,91% e 6,44%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquafundalia registou no ano de 2017 cerca de 88.256,23 Euros (equivalente a 2,41% do total dos gastos do período), que em comparação com o ano anterior representa um decréscimo de 19,46%, quando a mesma rubrica registava 109.584,69 Euros (equivalente a 2,79% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquafundalia foi em 2017 de 3.869.853,32 Euros, o qual, comparado com o período anterior, que foi de 3.995.719,38 Euros, representa um decréscimo de 3,15%.

A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2017 o montante de 3.860.845,61 Euros, que comparado com o período anterior, revela um decréscimo de 3,21% face ao valor de 3.988.696,82 Euros.

A rubrica subcontratos (pela aplicação da IFRIC 12 conjugada com a IAS 11 – Contratos de Construção), na parte respeitante à realização do Plano de Investimentos contribuiu em 2017 com 141.083,08 Euros, face ao valor de 458.763,73 Euros apresentado no período anterior.

A rubrica de outros rendimentos, que registou 9.007,71 Euros, reflete os valores de juros de mora cobrados. A mesma rubrica registava em 2016 o valor de 7.022,56 Euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 168.518,22 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado positivo no montante de 59.733,48 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da Aquafundalia, a mesma apresenta no final do período de 2017 uma recuperação de aproximadamente 168 mil euros, expurgando o impacto do Subsídio do POSEUR.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a Aquafundalia continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.





Handwritten signature and initials in blue ink.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 551.017,96 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um acréscimo de 26,05%, comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento, situando-se no final de 2017 em 298.183,97 Euros.

	Ano 2017	Ano 2016
Rentabilidade do ativo total	2,42%	0,85%
Rentabilidade dos capitais próprios	22,04%	11,07%
Rentabilidade das vendas	4,36%	1,50%
EBITDA	551.017,96 €	437.140,11 €
EBIT	298.183,97 €	184.489,21 €

Estrutura Financeira

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 7.054.213,95 Euros em 2016 para 6.951.068,99 Euros em 2017.

Em termos desagregados, os capitais próprios passaram de 539.581,19 Euros em 2016 para 764.751,92 Euros em 2017, tendo desta forma incrementado a sua importância na estrutura de capitais, passando de 7,65% para 11%, em linha com a diminuição do valor do passivo, de 6.514.632,76 Euros em 2016 para 6.186.317,07 Euros em 2017.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2017, em termos percentuais, uma ligeira melhoria dos mesmos face ao ano de 2016:

	Ano 2017	Ano 2016
Capitais próprios	764.751,92 €	539.581,19 €
Passivo total	6.186.317,07 €	6.514.632,76 €
Passivo corrente	1.872.343,63 €	1.755.463,29 €
Ativo total	6.951.068,99 €	7.054.213,95 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	11,00%	7,65%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	12,36%	8,28%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	89,00%	92,35%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	30,27%	26,95%

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquafundalia encontra-se mandatado para o triénio 2017-2019.





A Administração da Aquafundalia está determinada em prosseguir a implementação de reformas que contribuam para uma redução de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, a Aquafundalia encara o futuro com otimismo e confiança.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social, ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado do período, que ascendeu a 168.518,22 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal:	8.425,91 Euros
Para Outras Reservas:	159.951,29 Euros
Para Resultados Transitados:	141,02 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquafundalia aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Fundão, a 28 de março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente



Guillermo Moya García-Renedo

Vogal



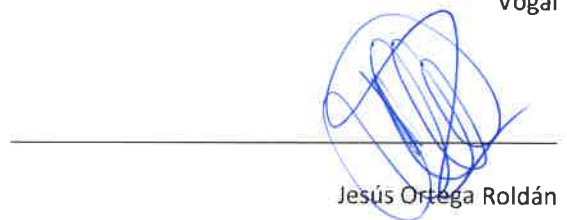
Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal



Isidoro Antonio Marbán Fernández

Vogal



Jesús Ortega Roldán

Vogal



[Handwritten signature]



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

	NOTAS	2017	2016
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2 ; 6	10.884,82	12.869,70
Ativos intangíveis	3.1 ; 3.3 ; 6	5.859.134,46	6.032.722,80
Ativos por impostos diferidos	3.5 ; 7	142.574,28	117.757,25
subtotal		6.012.593,56	6.163.349,75
Ativo corrente			
Inventários	3.6 ; 16	36.565,17	38.289,40
Clientes	3.8 ; 9	559.849,35	450.738,22
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	15.950,80	0,00
Outro créditos a receber	3.8 ; 9	159.209,43	120.447,79
Diferimentos	3.8 ; 10	6.573,34	11.347,56
Caixa e depósitos bancários	3.8 ; 4	160.327,34	270.041,23
subtotal		938.475,43	890.864,20
Total do ativo		6.951.068,99	7.054.213,95
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	3.7 ; 14	510.000,00	510.000,00
Reserva legal	3.7 ; 14	8.161,41	5.174,74
Outras reservas	3.7 ; 14	21.560,80	21.560,80
Resultados transitados	3.7 ; 14	(141,02)	(56.887,83)
Outras variações no capital próprio	3.7 ; 14	56.652,51	0,00
Resultado líquido do período	3.7 ; 14	168.518,22	59.733,48
Total do capital próprio		764.751,92	539.581,19
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	3.11 ; 6	2.192.723,44	2.262.919,47
Financiamentos obtidos	3.8 ; 13	406.250,00	781.250,00
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 11	1.715.000,00	1.715.000,00
subtotal		4.313.973,44	4.759.169,47
Passivo corrente			
Fornecedores	3.8 ; 11 ; 12	260.748,31	188.782,96
Adiantamentos de clientes	3.8 ; 9	6.236,86	15.729,64
Estado e outros entes públicos	3.5 ; 8	33.972,95	16.580,51
Financiamentos obtidos	3.8 ; 13	375.000,00	375.000,00
Outras dívidas a pagar	3.8 ; 11 ; 12	1.196.385,51	1.159.370,18
subtotal		1.872.343,63	1.755.463,29
Total do passivo		6.186.317,07	6.514.632,76
Total do capital próprio e do passivo		6.951.068,99	7.054.213,95

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2017	2016
Vendas e serviços prestados	3 9 ; 15	3.860.845,61	3.988.696,82
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	3 6 ; 16	(1.487.122,56)	(1.355.723,04)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1.211.545,75)	(1.431.418,74)
Gastos com o pessoal	18	(402.238,76)	(394.593,61)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(4.671,77)	(16.303,95)
Provisões ((aumentos)/reduções)	6	(70.887,05)	(202.741,12)
Outros rendimentos	19	9.007,71	7.022,56
Outros gastos	20	(142.369,47)	(157.798,81)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		551.017,96	437.140,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(252.833,99)	(252.650,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		298.183,97	184.489,21
Juros e gastos similares suportados	22	(88.256,23)	(109.584,69)
Resultado antes de impostos		209.927,74	74.904,52
Imposto sobre o rendimento do período	23	(41.409,52)	(15.171,04)
Resultado líquido do período		168.518,22	59.733,48

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



AQUAFUNDALIA - ÁGUAS DO FUNDÃO, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2017	2016
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3.585.346,86	3.533.478,86
Pagamentos a fornecedores		(2.140.283,13)	(2.522.770,50)
Pagamentos ao pessoal		(402.238,76)	(394.592,65)
Caixa gerada pelas operações			
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(45.052,77)	(51.049,00)
Outros recebimentos/pagamentos		(393.992,61)	(127.626,11)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		603.779,59	437.440,60
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(2.929,00)	(5.204,00)
Ativos intangíveis		(297.336,77)	(100.750,17)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	6	49.327,77	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(250.938,00)	(105.954,17)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	13	(375.000,00)	(343.750,00)
Juros e gastos similares		(87.555,48)	(111.104,43)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(462.555,48)	(454.854,43)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(109.713,89)	(123.368,00)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	270.041,23	393.409,23
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	160.327,34	270.041,23

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração





AQUAFUNDALIA - GUA DO FUNDO, S.A

DEMONSTRAOES DAS ALTERAOES NO CAPITAL PROPIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCCIO	NOTA	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras Variaoes no Capital Prprio	Resultado liquido do perodo	Total
Posiao no incio do perodo		510.000,00	5.174,74	21.560,80	(56.887,83)	0,00	59.733,48	539.581,19
Aumentos/diminuioes de reservas por aplicaao dos resultados	14	0,00	2.986,67	0,00	56.746,81	0,00	(59.733,48)	0,00
Outras alteraoes reconhecidas no capital prprio	6	0,00	0,00	0,00	0,00	56.652,51	0,00	56.652,51
Total dos aumentos/diminuioes diretos no capital prprio		510.000,00	8.161,41	21.560,80	(141,02)	56.652,51	0,00	596.233,70
Resultado liquido do perodo							168.518,22	168.518,22
Posiao no fim do exerccio		510.000,00	8.161,41	21.560,80	(141,02)	56.652,51	168.518,22	764.751,92

DEMONSTRAOES DAS ALTERAOES NO CAPITAL PROPIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCCIO	NOTA	Capital subscrito	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Outras Variaoes no Capital Prprio	Resultado liquido do perodo	Total
Posiao no incio do perodo		510.000,00	1.134,78	21.560,80	(133.646,96)	0,00	80.799,09	479.847,71
Aumentos/diminuioes de reservas por aplicaao dos resultados	14	0,00	4.039,96	0,00	76.759,13	0,00	(80.799,09)	0,00
Resultado liquido do perodo							59.733,48	59.733,48
Posiao no fim do exerccio		510.000,00	5.174,74	21.560,80	(56.887,83)	0,00	59.733,48	539.581,19

O anexo faz parte integrante da demonstraao das alteraoes do capital prprio do exerccio findo em 31 de Dezembro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administraao



Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquafundalia - Águas do Fundão, S.A. (“Aquafundalia” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua Dr. Alfredo Mendes Gil, Mercado Municipal, Lojas 15 e 16 Fundão, constituída a 17 de fevereiro de 2011, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2011, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e a Gestão dos Serviços Públicos Municipais de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Município do Fundão, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquafundalia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrados com o Município e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).



IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. O contrato de concessão define os investimentos que a empresa se obrigou a efetuar até ao final da concessão.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquafundalia reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a IAS 11 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a IAS 18 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Maquinas, aparelhos e ferramentas	3 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.



O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, que são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de depreciações ou amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.



Handwritten notes in blue ink, including the letters 'IS', '8', 'M', 'W', and 'H'.

3.5. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.

3.7 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).





Outras reservas

Esta rubrica inclui as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui o subsídio ao investimento obtido ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), líquido do efeito do imposto.

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.





Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'E', 'S', and 'M'.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10. ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.



Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13. GESTÃO DE RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.





3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Registo de provisão relacionada com as diferenças de preço de compra de água (Nota 24);
- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Provisão para o investimento acordado a efetuar ao abrigo do contrato de concessão;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 era:

	Ano 2017	Ano 2016
Caixa	2.035,52 €	1.880,21 €
Depósitos à ordem	158.291,82 €	268.161,02 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	160.327,34 €	270.041,23 €

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ter sido corrigidos.





Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'TS', 'm', and 'H'.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos	Abates	Transferencias	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	27.034,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27.034,04 €
Equipamento de transporte	7.016,98 €	2.929,00 €	2.250,41 €	0,00 €	7.695,57 €
Equipamento administrativo	23.857,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23.857,53 €
Total	57.908,55 €	2.929,00 €	2.250,41 €	0,00 €	58.587,14 €

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos	Abates	Transferencias	Saldo em 31.12.2017
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	28.911,94 €	2.335,09 €	0,00 €	5.247,10 €	21.329,75 €
Equipamento de transporte	6.044,81 €	649,70 €	2.250,41 €	(1.299,40) €	4.444,10 €
Equipamento administrativo	10.082,10 €	1.929,09 €	0,00 €	(13.775,46) €	21.928,47 €
Total	45.038,85 €	4.913,88 €	2.250,41 €	(9.827,76) €	47.702,32 €
Saldo líquido	12.869,70 €	(1.984,88) €	0,00 €	9.827,76 €	10.884,82 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos	Abates	Transferencias	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	21.830,04 €	5.204,00 €	0,00 €	0,00 €	27.034,04 €
Equipamento de transporte	7.016,98 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.016,98 €
Equipamento administrativo	23.857,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23.857,53 €
Total	52.704,55 €	5.204,00 €	0,00 €	0,00 €	57.908,55 €

DEPRECIACÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos	Abates	Transferencias	Saldo em 31.12.2016
Ativos fixos tangíveis					
Equipamento básico	24.923,97 €	3.987,97 €	0,00 €	0,00 €	28.911,94 €
Equipamento de transporte	5.578,17 €	466,64 €	0,00 €	0,00 €	6.044,81 €
Equipamento administrativo	9.805,92 €	276,18 €	0,00 €	0,00 €	10.082,10 €
Total	40.308,06 €	4.730,79 €	0,00 €	0,00 €	45.038,85 €
Saldo líquido	12.398,49 €	473,21 €	0,00 €	0,00 €	12.869,70 €



Handwritten signatures and initials in blue ink.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis			
em Curso - POSEUR Cadastro	0,00 €	74.331,77 €	74.331,77 €
em Firme	7.132.039,00 €	0,00 €	7.132.039,00 €
Total	7.132.039,00 €	74.331,77 €	7.206.370,77 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2016	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2017
Ativos intangíveis			
em Curso - POSEUR Cadastro	0,00 €	0,00 €	0,00 €
em Firme	1.099.316,20 €	247.920,11 €	1.347.236,31 €
Total	1.099.316,20 €	247.920,11 €	1.347.236,31 €
Saldo líquido	6.032.722,80 €	(173.588,34) €	5.859.134,46 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis			
em Firme	7.132.039,00 €	0,00 €	7.132.039,00 €
Total	7.132.039,00 €	0,00 €	7.132.039,00 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2015	Aumentos e transferências	Saldo em 31.12.2016
Ativos intangíveis			
em Firme	851.396,09 €	247.920,11 €	1.099.316,20 €
Total	851.396,09 €	247.920,11 €	1.099.316,20 €
Saldo líquido	6.280.642,91 €	(247.920,11) €	6.032.722,80 €

Ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) foi aprovada a candidatura apresentada pela Aquafundalia (POSEUR-03-2012-FC-000091) para a Elaboração do Cadastro das Infraestruturas existentes nos Sistemas em Baixa de Saneamento de Águas Residuais no Concelho do Fundão. Esta aprovação pressupõe um investimento de cerca de 86 mil euros e uma contribuição do Fundo de Coesão de aproximadamente 73 mil euros. Em 2017, já foi reconhecido o montante de 49.327,77 euros.

A aceitação dos termos do regulamento do programa POSEUR presume um reconhecimento no Balanço de um incremento do Ativo Intangível assim como um Subsídio ao Investimento no Capital Próprio.

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, se encontra em falta efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado (5.132.039,00 euros), no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estas provisões ascendem a 1.919.095 euros e 2.060.178 euros, respetivamente.

Adicionalmente, em 2016 foi constituída uma provisão no montante de 202.741,12 Euros relativa à diferença de preço de compra de água entre o contrato existente entre o Município do Fundão e a Empresa e os valores estabelecidos pelo Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio. Em 2017, esta provisão foi reforçada no montante de 70.887,05 euros, apresentando um saldo em 31 de dezembro de 273.628



euros. A provisão em causa refere-se ao período compreendido entre julho de 2015 (data de entrada em vigor do Decreto-Lei) e dezembro de 2017 (Nota 24).

Este passivo decorre de uma obrigação legal na sequência da aplicação da legislação em vigor, não sendo esperada pela Empresa nenhuma responsabilidade adicional para o período referido.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	2.262.919,47 €	2.518.942,08 €
Aumentos	70.887,05 €	202.741,12 €
Utilizações (Nota 15 e 17)	(141.083,08) €	(458.763,73) €
Saldo final	2.192.723,44 €	2.262.919,47 €

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2017	Ano 2016
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	117.757,25 €	90.809,80 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	24.817,03 €	26.947,45 €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	24.817,03 €	26.947,45 €
Saldo final	142.574,28 €	117.757,25 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2017 foi de 21%, acrescida de derrama municipal.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'AS', 'MS', and 'S'.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	15.950,80 €	0,00 €
Total	15.950,80 €	0,00 €
Passivo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas		
Imposto sobre o rendimento do exercício (Nota 23)	69.843,18 €	47.144,22 €
Pagamentos por conta pagos em 2017	(41.936,29) €	(40.411,11) €
Retenção de Impostos sobre o rendimento	1.907,00 €	1.951,00 €
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	0,00 €	1.036,96 €
Contribuições para a Segurança Social	4.159,06 €	6.859,44 €
Total	33.972,95 €	16.580,51 €

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Clientes		
Clientes C/C	605.787,83 €	492.004,93 €
Perdas por imparidade acumuladas	(45.938,48) €	(41.266,71) €
Total	559.849,35 €	450.738,22 €

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Saldo inicial	(41.266,71) €	(24.962,76) €
Reforço	(23.415,73) €	(32.690,17) €
Reversão	18.743,96 €	16.386,22 €
Saldo final	(45.938,48) €	(41.266,71) €
Varição Ano	(4.671,77)	(16.303,95)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'S', 'M', and 'N'.

Outros Créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação (1)	113.638,42 €	113.247,78 €
Devedores e credores diversos		
Cauções	18.700,00 €	7.200,00 €
Fornecedores saldos devedores	19.546,27 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,01 €
Subsídio POSEUR	7.324,74 €	0,00 €
Total	159.209,43 €	120.447,79 €

(1) O valor da rubrica devedores por acréscimos de rendimentos, acima mencionado, corresponde à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados.

A rubrica POSEUR inclui os montantes que faltam receber por parte do fundo comunitário (Nota 6). Estes valores irão ser recebidos em 2018.

Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Adiantamentos de clientes	6.236,86 €	15.729,64 €
Total	6.236,86 €	15.729,64 €

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	6.573,34 €	11.347,56 €
Total	6.573,34 €	11.347,56 €



Handwritten signatures and initials in blue ink.

11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, S.A., através da participação de 100 % da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2017			Ano 2016		
	Fornecedores (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)	Fornecedores (Nota 12)	Outras dívidas a pagar - Não Corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 12)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	159.559,83 €	0,00 €	648.683,28 €	126.673,09 €	0,00 €	737.062,49 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	1.715.000,00 €	8.985,55 €	0,00 €	1.715.000,00 €	25.042,75 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	5.493,53 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7.494,28 €
Total	165.053,36 €	1.715.000,00 €	657.668,83 €	126.673,09 €	1.715.000,00 €	769.599,52 €

A conta a pagar ao Acionista, no montante de 1.715.000 euros, refere-se a um contrato de suprimentos contraído por um ano, renovável automática e sucessivamente por iguais períodos, o qual vence a 31 de janeiro de cada ano. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. O mesmo vence juros indexados à Euribor a 3 meses acrescida de 3%. Até 31 de dezembro de 2017 e 2016, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2017			Ano 2016		
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	469.149,82 €	0,00 €	0,00 €	739.216,80 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia S.A.	0,00 €	1.346,66 €	45.821,93 €	0,00 €	17.362,40 €	47.062,46 €
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	32.994,18 €	0,00 €	0,00 €	32.927,66 €	0,00 €	0,00 €
Total	502.144,00 €	1.346,66 €	45.821,93 €	772.144,46 €	17.362,40 €	47.062,46 €



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'A', 'H', 'M', and 'L'.

12. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Fornecedores e outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	165.053,36 €	126.673,09 €
Fornecedores C/C	95.694,95 €	62.109,87 €
Total	260.748,31 €	188.782,96 €
	Ano 2017	Ano 2016
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	49.256,65 €	49.256,65 €
Fornecedores de investimentos (nota 11)	648.683,28 €	737.062,49 €
Credores por acréscimos de gastos		
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia S.A.	1.346,66 €	25.042,75 €
Partes relacionadas (nota 11) - Hidrotec	0,00 €	7.494,28 €
Outros - juros BIC	1.585,09 €	2.189,54 €
Outros acréscimos de gastos	0,00 €	65.538,84 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	487.874,94 €	272.785,63 €
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia S.A.	7.638,89 €	0,00 €
Total	1.196.385,51 €	1.159.370,18 €

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outras dívidas a pagar” inclui saldos com partes relacionadas nos montantes de 657.668,83 Euros e 769.599,52 Euros, respetivamente (Nota 11).



Handwritten notes in blue ink:
 H
 n
 Of
 W
 J

13. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os financiamentos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários (MLP)	406.250,00 €	781.250,00 €
Total	406.250,00 €	781.250,00 €
Passivo corrente		
Financiamentos obtidos		
Empréstimos bancários (CP)	375.000,00 €	375.000,00 €
Total	375.000,00 €	375.000,00 €

Nota: O valor constante da rubrica Financiamentos obtidos é referente a um empréstimo no montante de 1,5 milhões de Euros sobre o Banco BIC, tendo sido utilizados em 31 de Dezembro de 2014, 1.240.000 Euros. O empréstimo foi contraído em janeiro de 2014, por um período de 6 anos, iniciando-se o reembolso em fevereiro de 2016, através de 72 prestações mensais de 31.250 euros cada. O financiamento vence juros mensais indexados à Euribor a 3 meses acrescida de uma taxa de 4,8%.

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 51.000 ações com o valor nominal de 10 Euro cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2017 a Reserva Legal apresenta o valor de 8.161,41 euros.

Outras variações no capital próprio

Esta rubrica inclui o subsídio ao investimento obtido ao abrigo do Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), líquido do efeito do imposto.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 19 de maio de 2017, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de 59.733,48 Euros, foi transferido para reserva legal o montante de 2.986,67 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 30 de junho de 2016, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2015, no montante de 80.799,10 Euros, foi transferido para reserva legal o montante de 4.039,96 Euros e o remanescente para a rubrica de resultados transitados.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the letters 'E', 'D', 'M', and a signature.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresenta o seguinte detalhe:

	Ano 2017	Ano 2016
Vendas	3.535.053,14 €	3.337.812,84 €
Serviços prestados	184.709,39 €	192.120,25 €
Subcontratos (a)	141.083,08 €	458.763,73 €
Total	3.860.845,61 €	3.988.696,82 €

(a) Corresponde à componente de proveitos reconciliados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas tal como referido nas nota 6.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Matérias-primas		
Inventários iniciais	38.289,40 €	30.053,04 €
Compras	1.485.398,33 €	1.363.959,40 €
Inventários finais	36.565,17 €	38.289,40 €
Total	1.487.122,56 €	1.355.723,04 €

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Subcontratos (a)	141.083,08 €	458.763,73 €
Serviços especializados	695.623,18 €	652.642,75 €
Materiais	28.155,73 €	7.745,59 €
Energia e fluidos	95.819,21 €	92.182,76 €
Deslocações, estadas e transportes	24.016,53 €	13.687,68 €
Serviços diversos	226.848,02 €	206.396,23 €
Total	1.211.545,75 €	1.431.418,74 €

a) Este montante inclui gastos relativos à construção, reparação e manutenção das infraestruturas relacionadas com a concessão (Nota 6)

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 502.144,0 Euros e 772.144,46 Euros, respetivamente (Nota 11).



18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Remunerações	296.611,69 €	300.164,71 €
Encargos sociais	70.847,64 €	74.619,14 €
Seguros de acidentes de trabalho	4.255,66 €	4.518,47 €
Outros gastos com o pessoal	30.523,77 €	15.291,29 €
Total	402.238,76 €	394.593,61 €

Nota: O número médio de pessoas ao serviço da empresa, repartido por empregados e assalariados foi nos exercícios findos em 2017 e 2016 de 22 pessoas.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Rendimentos suplementares	30,00 €	812,80 €
Outros rendimentos	8.977,71 €	6.209,76 €
Total	9.007,71 €	7.022,56 €

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Impostos e taxas	14.988,76 €	4.086,92 €
Donativos	0,00 €	2.000,00 €
Multas e penalidades	187,50 €	23,21 €
Serviços bancários	106.830,71 €	125.672,48 €
Dívidas incobráveis	17.525,45 €	15.107,10 €
Correções relativas a períodos anteriores	0,00 €	(2.838,64) €
Outros gastos	2.837,05 €	13.747,74 €
Total	142.369,47 €	157.798,81 €

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica de “Outros Gastos” inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 1.346,66 Euros e de 17.362,40 Euros, respetivamente (Nota 11).



21. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o detalhe da rubrica de gastos de depreciação e de amortização era o seguinte:

	Ano 2017	Ano 2016
Ativos fixos tangíveis	4.913,88 €	4.730,79 €
Ativos intangíveis (Nota 6)	247.920,11 €	247.920,11 €
Total	252.833,99 €	252.650,90 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresentava no período findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte composição:

	Ano 2017	Ano 2016
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	88.256,23 €	109.584,69 €
Total	88.256,23 €	109.584,69 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 45.821,93 Euros e 47.042,46 Euros, respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município do Fundão, a derrama é de 0%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 21%.

Para o período de 2017, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 7% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2014 a 2017 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'IS', 'M', and 'H'.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados em 2017 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados entre 2014 e 2016 e cinco anos para os apurados em 2012 e 2013).

Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável, sendo esta regra aplicável às deduções efetuadas nos períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, independentemente dos períodos de tributação em que tenham sido apurados.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016 são detalhados conforme segue:

	Ano 2017	Ano 2016
Resultado antes de impostos	209.927,74 €	74.904,52 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	181.253,45 €	181.253,45 €
Donativos	0,00 €	2.000,00 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	187,50 €	23,21 €
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00 €	6.447,62 €
Outros custos a acrescentar	0,00 €	11.199,60 €
Créditos incobráveis	17.525,45 €	15.107,10 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(66.221,27) €	(61.487,01) €
Reversão imparidade	(18.743,96) €	(16.386,22) €
Lucro tributável	323.928,91 €	213.062,27 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	0,00 €
Materia colectável	323.928,91 €	213.062,27 €
Coleta	67.425,07 €	44.143,08 €
Derrama	0,00 €	0,00 €
Tributações autónomas	2.418,11 €	3.001,15 €
Imposto corrente do exercício (Nota 8)	69.843,18 €	47.144,22 €
Pagamento especial por conta	0,00 €	0,00 €
Retenções na fonte	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	41.936,29 €	40.411,11 €
IRC a pagar/(recuperar)	25.488,78 €	3.731,97 €
Total a pagar/(recuperar) (Nota 8)	27.906,89 €	6.733,11 €
Imposto corrente do exercício (Nota 8)	69.843,18 €	47.144,22 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(24.817,03) €	(26.947,45) €
Excesso estimativa imposto	(3.616,63) €	(5.025,73) €
Total imposto sobre o rendimento do período	41.409,51 €	15.171,04 €

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.



24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, existe uma divergência entre a Empresa e o Município do Fundão relativamente ao preço de aquisição de água em alta e do tratamento de águas residuais a pagar pela Empresa à autarquia relativo ao período entre 2011 e 2017. Em 24 de fevereiro de 2012, a Empresa e o Município do Fundão celebraram um acordo no qual foram estabelecidos os preços de 50 cêntimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 cêntimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais, os quais se baseavam na proposta de acordo entre o Município do Fundão e a empresa Águas de Lisboa e Vale do Tejo ("ALVT") (que resulta da agregação de várias entidades e que conduziu à extinção da anteriormente denominada Águas de Zêzere e Coa), fornecedora de água, e que comportava um desconto no total da faturação. Nos termos do acordo supra referido, caso se verificasse um aumento do preço a cobrar ao Município do Fundão pela ALVT, a Aquafundalia deveria ressarcir o Município pelo diferencial que viesse a existir entre o acordado e o montante efetivamente pago pelo Município.

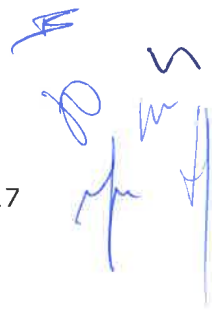
A faturação da ALVT ao Município do Fundão tem sido efetuada por um montante superior ao definido na proposta de acordo entre a ALVT e a autarquia supra referida. Em resultado desta situação, decorre um litígio entre o Município do Fundão e a ALVT. Caso o desfecho deste litígio seja desfavorável ao Município, a Empresa poderá ter de ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços supra referidos e os preços efetivamente cobrados pela ALVT. Uma vez que o eventual impacto desta situação está dependente do desfecho do processo existente entre o Município do Fundão e a ALVT, não é neste momento possível estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade, se alguma, que possa decorrer desta situação para a Empresa, motivo pelo qual a Empresa tem vindo a registar os custos aos preços de 50 e 55 cêntimos supra referidos.

Desta forma, desde julho de 2015 a dezembro de 2017, a empresa passou a registar estes gastos de acordo com os preços constantes do Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio e a 31 de dezembro de 2017 e 2016 ficou registado o diferencial para os preços praticados pelo Município na rubrica de "Provisões" (vide nota 6).

Ainda assim, ao abrigo da alínea b), do n.º 3 da Cláusula 56ª do Contrato de concessão datado de 24 de fevereiro de 2011, a Empresa poderá requerer o reequilíbrio económico-financeiro do contrato de concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo de compra da água e rejeição de águas residuais em alta, sendo entendimento do Conselho de Administração da Empresa que os eventuais impactos desfavoráveis, se alguns, que possam resultar das divergências antes descritas, se enquadram nesta disposição do Contrato de concessão.

Assim sendo, é entendimento do Conselho de Administração da Empresa, que, embora à presente data seja incerto o desfecho desta situação, não sendo possível uma eventual quantificação do seu impacto com fiabilidade, o mesmo daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro que o compensaria.

Existe ainda uma diferença entre o volume de água faturado pela ALVT ao Município e aquele efetivamente pago e consumido pela Aquafundalia. Esta diferença deve-se à existência de uma rutura no reservatório da zona de abastecimento das Donas, cuja propriedade é da ALVT. As leituras fornecidas pelo proprietário do mesmo são realizadas num contador à entrada e as leituras tomadas pela Aquafundalia são realizadas na saída do reservatório, o que explica a diferença verificada. As perdas de água ocorridas neste reservatório são da responsabilidade da empresa de água em alta, pelo que a Aquafundalia transmitiu ao responsável da gestão a sua discordância com as leituras fornecidas.



25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa tinha um saldo de Caixa e equivalentes no montante de 160.327,34 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 603.779,59 Euros. A empresa apresentava uma dívida financeira de médio e longo prazo no montante de 406.250 Euros e dívida financeira de curto prazo de 375.000 Euros.

Em 31 de dezembro de 2017, a empresa apresentava um passivo corrente superior ao ativo corrente em aproximadamente, 933.868 Euros, embora naquele passivo se incluam 657.668,53 Euros de dívidas a empresas do Grupo (Nota 11)

Os Administradores da Aquafundalia elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações e que o Grupo irá manter o suporte financeiro que se revelar necessário à empresa. Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativo do resultado bruto de exploração do Grupo onde a empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

26. LOCAÇÕES

Locações operacionais

Foi celebrado um contrato de *renting* com a empresa Leaseplan no ano 2014 (pelo período de 36 meses), sendo que o mesmo foi renovado por mais 12 meses, e um outro contrato de *renting* no ano de 2015, pelo período de 36 meses. Efetuámos dois novos contratos em 2017 pelo período de 36 meses. Durante os meses remanescentes dos contratos, prevê-se que venham a ser pagos mais 72.712,54 Euros.

Ano	Valor
2018	35.370,84 €
2019	25.135,35 €
2020	12.206,35 €
TOTAL	72.712,54 €

O CONTABILISTA CERTIFICADO

235776157

 89865

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





font



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um ativo total de 6.951.069 euros e um total de capital próprio de 764.752 euros, incluindo um resultado líquido de 168.518 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ênfase

Conforme referido na Nota 24, em 31 de dezembro de 2017 existe uma divergência entre a Entidade e o Município do Fundão ("Município") relativamente ao preço de aquisição de água em alta e tratamento de águas residuais a pagar pela Entidade ao Município relativo aos períodos (i) entre maio de 2011 e junho de 2015, período em que o Município considerou um preço superior ao definido no acordo celebrado com a Entidade em 24 de fevereiro de 2012, o qual estabelecia um preço de 50 cêntimos por metro cúbico de fornecimento de água e 55 cêntimos por metro cúbico para o tratamento de águas residuais, uma vez que os preços praticados pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo ("ALVT"), empresa fornecedora de água, eram superiores aos preços que constariam de uma proposta de acordo entre o Município e esta entidade, situação que é objeto de litígio entre o Município e a ALVT; e (ii) julho de 2015 e dezembro de 2017, em que a Entidade passou a registar estes gastos de acordo com os preços constantes do Decreto-Lei 94/2015, de 29 de maio e registado o diferencial para os preços praticados pelo Município na rubrica de "Provisões" (Nota 6). Caso o desfecho do diferendo entre o Município e a ALVT seja desfavorável ao Município, a Entidade poderá ter que ressarcir o Município pelo efeito do diferencial entre os valores considerados para definição dos preços supra referidos e os preços efetivamente cobrados pela ALVT. O eventual impacto desta situação é incerto pelo que não é, neste momento, possível à Entidade estimar com fiabilidade uma eventual responsabilidade adicional, se alguma, que possa resultar desta situação, motivo pelo qual registou os gastos com fornecimento de água e tratamento de águas residuais, no período de 2011 a junho de 2015, aos preços de 50 e 55 cêntimos supra referidos. Adicionalmente, existe uma diferença entre o volume de água faturado pela ALVT ao Município e aquele que é efetivamente pago e consumido pela Entidade e que serve de base à contabilização do custo com a compra da água em alta e tratamento de águas residuais, devido a uma rotura no reservatório, cuja responsabilidade é da ALVT. Acresce ainda referir que, nos termos da Cláusula 56ª do Contrato de Concessão, a Entidade poderá requerer o reequilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão caso venha a ocorrer a alteração do custo da compra da água e rejeição de águas residuais, sendo o entendimento do Conselho de Administração da Entidade que uma eventual responsabilidade adicional relativamente ao período compreendido entre maio de 2011 a junho de 2015 daria lugar a um pedido de reequilíbrio financeiro.

A nossa opinião não é modificada em respeito a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

NA

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 9 de maio de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Acionista da Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquafundalia – Águas do Fundão, S.A. (“Entidade”), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2017, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2017 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida e que não inclui reservas e inclui uma ênfase.

Face ao exposto, somos de opinião que, tendo em consideração o descrito na secção “Ênfase” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 9 de maio de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC